

TRABALHO, DINHEIRO E FETICHISMO

*Oswaldo Coggiola*¹

Resumo: o referido texto busca empreender uma análise acerca da categorias marxianas: trabalho, dinheiro e fetichismo. Para tal empreendimento recorrerá às obras clássica do próprio Marx.

Palavras-chave: Trabalho. Dinheiro. Fetichismo.

WORK, MONEY AND FETISH

Abstract: this text seeks to undertake an analysis about the Marxian categories: work, money and fetishism. For this undertaking he will resort to the classical works of Marx himself.

Keywords: Work. Money. Fetishism.

*O valor ou valia [value or worth] de um homem é, como para todas as outras coisas, o seu preço: isto é, tanto quanto seria dado pelo uso do seu poder (Thomas Hobbes, **Leviatã**)*

¹ Doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pelo Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales. Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP).

O objetivo fundamental do processo capitalista de produção é a maior autovalorização possível do capital, a produção da maior mais-valia possível e, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho (Karl Marx, O Capital)

Mediante o trabalho que transcende à atividade instintiva o homem cria a si próprio através da natureza *humanizada*: “O trabalho (deixando de lado todo selo particular que tenha podido imprimir-lhe uma ou outra fase do progresso econômico da sociedade) é, antes do mais, um ato que tem lugar entre o homem e a natureza. Ao trabalhar, o homem desempenha frente à natureza o papel de um poder natural, pondo em ação as forças de que está dotado seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de assimilar-se às matérias, dando-lhes uma forma útil para sua vida. Ao mesmo tempo em que atua, mediante esse processo, sobre a natureza exterior e a transforma, transforma também sua própria natureza ao desenvolver as próprias faculdades que nela repousam”. Em todas as “fases do progresso econômico”, “o processo de trabalho... é atividade orientada para um fim - a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana”.² Que o trabalho em todas suas formas históricas fosse *social* foi uma conclusão crítica da filosofia clássica alemã: “A crítica feita por Hegel ao padrão de racionalidade implicado na ‘ciência social’ da Ilustração mudou a compreensão fundamental, elementar, do ser social, que deixou de ser visto como uma multiplicidade dispersa e passou a determinar-se como uma unidade substancial que, embora dividindo-se, nem por isto se dissolve, mantendo-se, ao contrário, como a identidade básica de todos e cada um dos indivíduos humanos. Marx partilhou da visão hegeliana de que, aquém e além da dispersão dos

² Karl Marx. *O Capital*, Livro I, vol. 1.

indivíduos, há uma identidade social básica de que estes dependem”.³ Só na era moderna chegou-se à conclusão do trabalho ser o único elemento *ativo* para a criação de *riqueza*.

O trabalho moderno permitiu entender o trabalho pretérito, iluminar o que nas condições históricas precedentes não podia ser pensado, ou melhor, transformado em categoria do pensamento: o trabalho não era concebido como algo próprio da atividade humana, como atributo específico da ação do homem destinado a gerar as condições de sua própria vida. A riqueza não era pensada como produzida ou acumulada pelo homem; o trabalho era uma atividade que não se apresentava como condição para que o homem livre não trabalhasse porque subsistia graças ao trabalho dos outros. O trabalho intelectual, que se identificava com a liberdade, apresentava-se em oposição à natureza servil e humilhante do trabalho físico. A tarefa do artesão, ainda que não se tratasse de um escravo, não era uma manifestação livre do produtor, era uma elaboração dirigida à satisfação de uma necessidade imediata do consumidor e, ao mesmo tempo, um recurso ou meio para o sustento do produtor. Escravo do objeto e das necessidades do usuário, o artesão não se diferenciava das ferramentas e dos meios de trabalho de que dispunha. Importava no processo do trabalho nada além de seu resultado, que não aparecia como *criação*, mas como configuração determinada pela realidade determinante do objeto a ser usado ou consumido. A atividade “livre” era a que não gerava nenhum produto material e se manifestava externamente à compulsão física do objeto ou da necessidade material. Trabalho e não trabalho se encontravam em oposição irreductível, natural e eterna.

O trabalho como ação deliberada guiada pela inteligência é aspecto distintivo da humanidade. O que diferencia o trabalho humano do animal é que “não temos frente a nós mesmos aquelas formas primitivas e instintivas

³ João Carlos Brum Torres. *Valor e Forma de Valor*. São Paulo, Símbolo, 1979, p. 25.

de trabalho que nos remetem às dos animais... Pressupomos o trabalho numa forma que o faz exclusivamente humano. Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão e uma abelha intimida um arquiteto na construção de suas colmeias, mas o que distingue o pior dos arquitetos da melhor das abelhas está no fato de o arquiteto levantar sua estrutura na imaginação antes de erguê-la na realidade. No final de todo processo de trabalho temos um resultado que já existia na imaginação do trabalhador desde o início. Este não só efetua uma mudança de forma no material sobre o qual se trabalha como também realiza um propósito próprio que rege seu *modus operandi*, ao qual deve subordinar sua vontade”.⁴ O trabalho do homem repousa na sua capacidade de pensamento conceitual (abstrato) e de representação simbólica, próprias do homem como espécie, cuja origem se situa na natureza diferenciada do cérebro humano (geneticamente, o homem pouco se diferencia das espécies primatas mais próximas).

Nos primeiros estágios da sociedade o trabalho não era concebido como produtor de riqueza; “Prevalecia uma cosmovisão organicista e sexuada: ‘A Terra concebe pelo Sol e dele se torna grávida, dando luz todos os anos’. A riqueza era um dom da natureza, impossível de ser criada e reproduzida através da intervenção do homem que se limitava a descobri-la, explorá-la e consumi-la. Os materiais que asseguravam ao ser humano sua reprodução existiam como resultado do vínculo entre a Terra e os movimentos celestes. Era a partir da união entre o Céu e a Terra que se deveria buscar a origem dos animais, plantas ou minerais ‘paridos’ por esta última; mitos e lendas atribuem ao homem esta mesma origem. A mitologia da fecundidade da agricultura, do arado e da metalurgia se inscreve já sob o domínio do deus forte, do macho fecundador, da Mãe-Terra, do deus do céu que cravava na terra seu machado e seu martelo, dando assim origem ao raio

⁴ Karl Marx e Friederich Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

e ao trovão”.⁵

Na Antiguidade, o trabalho para a manutenção da vida era concebido como compulsão obrigatória e penosa, alheio ao estado de humanidade. Sua raiz etimológica latina, *tripalium*, designava uma forma de tortura. Na Grécia clássica, o *trabalhador* era o escravo, não era o *homem*, pois o homem não trabalhava. Não há na língua grega clássica uma expressão que designe o trabalho humano com a conotação moderna. Três substantivos designavam atividades identificadas com o ato do trabalho: *labor* (simples ou complexo, ou seja, multiplicado pela *teknê*), *poesis* e *práxis*. *Labor* se referia à disposição corporal nas tarefas pertinentes do homem para manter seu ciclo vital, a perpetuação de sua espécie, sob o domínio dos ritmos próprios da natureza e do metabolismo humano. O camponês exercia um *labor* quando, mediante sua intervenção, era possível obter os frutos da terra; mas também se expressava como *labor* a atividade da mulher que dava a luz um novo ser. O *labor* excluía uma atitude ativa e um propósito de transformar a natureza: implicava passividade e adaptação do agricultor às leis supra-humanas que determinavam a fertilidade da terra e dos ciclos naturais.

Poesis, por sua vez, definia o trabalho que não se vinculava às demandas da sobrevivência; era o fazer e a criação do artista, do escultor, daquele que produz um testemunho perene e livre (não associado às exigências imediatas da reprodução de sua vida). *Poesis* era a transcendência do ser além dos limites de sua existência manifestada em uma obra perene, um modo de afirmação no mundo natural e sobrenatural. *Praxis*, finalmente, era a identificação da mais humana das atividades. Seu instrumento era especificamente humano: a linguagem, a palavra; seu âmbito privilegiado, a vida social e política da comunidade, a *polis*. Mediante a *praxis* o homem se mostrava em sua natureza de homem livre e, conseqüentemente, de animal político, de cidadão, de membro de uma coletividade, o que conferia um

⁵ Pablo Rieznik. Trabalho, economia e antropologia. *Entre Passado & Futuro* nº 2, São Paulo, Xamã-CNPq, setembro de 2002.

sentido para sua vida individual. Qualquer conceito de “direito natural do indivíduo” era ininteligível para os gregos: “O conceito de trabalho não existia na Grécia antiga, onde se distinguia entre as atividades do camponês, do artesão, do guerreiro e do cidadão... Os gregos nominaram as atividades humanas significativas, as definiram e hierarquizaram sem um equivalente ao termo *trabalho* como categoria universal e abstrata. As atividades do escravo não podem ser assimiladas ao trabalho, pois o escravo não era humano, era um ‘instrumento vivo’, as atividades dos escravos não eram atividades humanas, não se pensava em nominá-las e categorizá-las”. Nos inventários de herança ou sucessão do Império Romano, os escravos eram listados como “animais falantes”, ao lado de vacas e porcos.

Na tradição judaico-cristã, o trabalho se apresentava como carga, pena e sacrifício impostos em virtude da perda e da queda do homem para uma condição de miséria na vida terrena. Quando o cristianismo se impôs no Império Romano, essa tradição se tornou funcional à sociedade que emergiu do declínio do Império. Na sociedade medieval, a riqueza não era identificada com o trabalho: a questão essencial era a segurança dos bens e das pessoas, que não mais podia ser garantida pelo poder imperial. A Reforma Protestante expressou religiosamente a ideia de trabalho da nascente sociedade burguesa, em que se distinguiu por primeira vez o trabalho das outras atividades humanas. O estatuto do trabalho mudou com o capitalismo. O “trabalho”, como conceito abstrato, é “uma invenção da modernidade”.⁶ Sendo o exercício do trabalho em qualquer regime social um dispêndio físico de energia, somente no regime capitalista a força de trabalho humana possui a particularidade de ser fonte de valor, que é um fenômeno social; o valor de um produto é uma função social, não uma função natural adquirida por representar um valor de uso ou trabalho no sentido fisiológico ou técnico-material.

⁶ Rolande Pinard. *La Révolution du Travail*. De l'artisan au manager. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2000, p. 23.

O *trabalho abstrato* não possui um átomo de materialidade, sua forma é puramente social, é especificamente uma categoria da economia capitalista. O trabalho concreto, produtor de valores de uso, constitui seu suporte. A determinação da exploração capitalista do trabalho permitiu sua definição como fator central da dinâmica da história e como protoforma de toda atividade *humana*, contendo em si o conjunto das categorias tanto da sociabilidade como do próprio indivíduo. A relação capital/trabalho assalariado como fenômeno socialmente dominante é historicamente recente. Sua forma particular é a que corresponde à separação dos produtores de seus meios de produção e ao surgimento da classe trabalhadora moderna, resultante da expropriação dos trabalhadores de suas condições e meios de trabalho: “O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade de condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados”.⁷ O trabalho assalariado é a conversão da capacidade de trabalhar em mercadoria e sua delimitação numa esfera definida da vida social.

O processo de produção capitalista apresenta uma face dupla: ele é, como em todas as sociedades precedentes, *processo de trabalho* (criador de valores de uso) e também, diversamente dessas sociedades, *processo de valorização* (criador de valor): “As mercadorias só possuem objetividade de valor na medida em que são expressões da mesma unidade social, o trabalho humano, e que, portanto, a sua objetividade de valor é puramente social”. A produção de mercadorias pode existir sem o capitalismo. Dinheiro e comércio são encontrados em sociedades pré-capitalistas. Nelas, a troca de mercadorias é um meio para obter *valores de uso*. A circulação de mercadorias toma a forma de M-D-M, onde M é mercadoria e D dinheiro. Cada produtor

⁷ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, vol. 1.

troca sua mercadoria por outra (no caso do escambo) ou a vende em troca de dinheiro para comprar outra mercadoria de outro produtor. O dinheiro é apenas o intermediário na transação. Onde as relações de produção capitalistas prevalecem, a circulação de mercadorias toma outra forma: D-M-D'. Dinheiro é investido para produzir mercadorias que são, então, trocadas por mais dinheiro. O D', o dinheiro que o capitalista (ou "investidor") consegue após a transação é maior do que D ($D < D'$), o dinheiro investido inicialmente.

O dinheiro "extra" ($D' - D$), é a *mais-valia* (ou *lucro*, sua forma fenomênica). Nos dois extremos da relação aparece o dinheiro, que aparentemente se autorreproduz. A circularidade do dinheiro, considerado o primeiro motor da reprodução e acumulação de capital, é, no entanto, aparente. O ΔD ($D' - D$) não é produzido na esfera da circulação mas na esfera da produção, sendo criado pelo mais-trabalho fornecido pelo trabalhador. Com a lógica de "comprar para vender" (para obter um lucro), que passou a ser a finalidade da troca, surgiu o encadeamento da *fórmula geral do capital*: D-M-D'. A finalidade das trocas não é mais conseguir um bem distinto daquele que se produzia, e sim um "salto quantitativo" – uma vez que o circuito só se realiza, e ganha sentido, se D' for maior que D, sendo $D' = D + \Delta D$, onde ΔD é o mais-valor, mais-valia ou *lucro*. Esta modalidade de lucro, quando se viabiliza pela violação da lei das trocas de equivalentes, se localiza na esfera comercial, que não produz ou cria mais-valia. A sociedade capitalista iniciou com a generalização da produção de mais-valia para se conseguir que D' fosse superior a D. A produção de mais-valia, no capitalismo, só é possível porque, ainda que o intercâmbio de bens se dê respeitando a lei das trocas equivalentes, uma mercadoria especial, comprada pelo seu valor e posta em uso *cria* (agrega) mais valor: a força de trabalho. Ela é a única mercadoria cujo valor de uso, revelado no seu consumo, é a *geração de valor*. Seu valor de troca é sua própria garantia de subsistência e reprodução.

O mais-valor extraído na circulação mediante a troca de mercadorias por valores distintos dos seus, desaparece; o lucro passa a ser obtido de maneira sistemática respeitando-se a lei da troca de equivalentes. Isto se produz só quando a mais-valia é extraída no *processo produtivo*. Sendo o trabalho o único responsável pela criação de valor, a introdução do trabalho assalariado, divorciando definitivamente a propriedade da força de trabalho da propriedade dos meios de produção, torna possível a generalização do mecanismo de geração, e imediata expropriação, do valor. Isto porque a mais-valia é obtida da diferença entre o valor que a força de trabalho incorpora aos meios de produção e o valor pago para a sua reprodução. Em outras palavras, a diferença entre o valor pago pelo capitalista pela mercadoria força de trabalho e o mais-valor criado pela utilização dessa mercadoria, pelo trabalho em si:

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

Onde P = produção. A mais-valia é gerada do modo seguinte: “O capital C tem dois componentes. Um deles é a soma c, gasta com os meios de produção, e o outro é a soma v, gasta com a força de trabalho; c representa a parte que se transformou em capital constante e v é a parte que se transformou em capital variável. A princípio, então, C = c + v ... Quando o processo de produção acaba, obtemos uma mercadoria (C’), cujo valor é igual a (c + v) + s, sendo s a mais-valia”. A *massa de mais-valia* é o montante de valor criado durante o processo produtivo. A sua mensuração é possível pela divisão da jornada de trabalho - que é o tempo total que o capitalista usufrui da força de trabalho comprada, mais ainda não paga - em duas partes. Uma é o período no qual o trabalhador produz mercadorias que igualam o valor pago pela sua força de trabalho, denominada *trabalho necessário*. A outra parte da jornada de trabalho é destinada à criação de mais valor, de mais-valia, e chamada de *trabalho excedente*. Esta é a parte da jornada em que o fruto do

trabalho do assalariado lhe é expropriado pelo capitalista e constitui a fração do trabalho que não é remunerada. Para estabelecer a taxa de mais-valia (m), deve-se fazer a razão entre trabalho excedente e trabalho necessário, o que equivale à razão entre a massa de mais-valia (M), e o capital variável (v):

$$m = \frac{\text{trabalho excedente}}{\text{trabalho necessário}} = \frac{M}{v}$$

A taxa de mais-valia é a expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital, ou do trabalhador pelo capitalista. Porém, a relação que interessa ao capitalista é a percepção contábil da rentabilidade do seu capital total, e não sua aferição em termos de geração de valor. Para tanto, é a taxa de lucro o indicador que orienta seus cálculos e tomadas de decisão. Pode-se definir a taxa de lucro (π) como segue (sendo c capital constante e v capital variável):

$$\pi = \frac{M}{C(c + v)}$$

A base do *modo de produção* capitalista é a produção de mais-valia para valorizar o capital, valor em processo, valor que procura se valorizar como condição de sobrevivência, valor que entra na circulação para crescer e se acumular. A análise do valor está direcionada a caracterizar o que faz do capitalismo uma forma de produção social diferenciada; seu foco é "a real estrutura interna das relações burguesas de produção". O trabalho assalariado é *a origem e a fonte da mais-valia*; o motor e o objetivo da produção capitalista é a *acumulação ilimitada de mais-valia*.⁸ O trabalho em geral (*abstrato*) caracteriza a era do capitalismo, em que o próprio trabalho

⁸ Numa certa definição, "o capitalismo é um sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos; decisões sobre oferta e demanda, preço, distribuição e investimentos não são feitos pelo Estado, os lucros são distribuídos para os proprietários que investem em empresas e os salários são pagos aos trabalhadores pelas empresas". Essa seria uma boa definição do liberalismo econômico, mas não da especificidade do capitalismo.

(ou melhor, a capacidade de exercê-lo) é transformado em uma mercadoria possuidora do valor de uso de produzir *valores* superiores ao seu próprio valor. Nas sociedades pré-capitalistas, o objetivo da atividade econômica era primeiramente a produção de valores de uso, cada comunidade podia satisfazer todas ou a maior parte de suas necessidades a partir do trabalho de seus membros; a força de trabalho não era, portanto, uma mercadoria: "Na indústria rural patriarcal de uma família camponesa que produz para seu próprio uso cereal, gado, fio, linho, peças de roupa, etc., diferenças de sexo e de idade e as condições naturais do trabalho que mudam com as estações do ano regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família". A distribuição do trabalho é regulada, nessas sociedades, coletivamente ou sob uma imposição autoritária. O trabalho não é diferenciado, é pouco especializado e não é uma mercadoria.

Pela transformação da força de trabalho em mercadoria, o capital criou um *modo de produção* baseado na exploração *universal*: "A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende seus esforços ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, de uma vez para sempre, ao seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. Ele próprio é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria sua. O servo só vende uma parte da sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: pelo contrário, o proprietário da terra é que recebe dele um tributo. O servo pertence à terra e rende frutos ao dono da terra". Diversa é a situação no capitalismo: "O operário livre, pelo contrário, vende-se a si mesmo, e além disso por partes. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, ao proprietário das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, ao capitalista. O operário não pertence nem a um proprietário nem à terra, mas oito, dez, doze, quinze

horas da sua vida diária pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava. Mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da força de trabalho, não pode deixar a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas, e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe dos capitalistas”.⁹

A produção capitalista envolve tanto trabalho vivo como trabalho morto, acumulado nos meios de produção. O capital empregado para a compra da força de trabalho é o *capital variável*; o capital investido para a compra de prédios, equipamentos, matérias-primas, os meios de produção, constitui o *capital constante*. O capital investido na compra da força de trabalho é *variável* por ser ela a mercadoria fonte de criação de valor, a que *expande* o valor inicial; o capital constante não realiza essa tarefa: o trabalho morto é o trabalho realizado pelos trabalhadores que fabricaram os meios de produção. Como a maquinaria deteriora-se gradualmente através de seu uso para produzir novas mercadorias, seu valor é só transferido (como “custos de produção”) para elas. Só o uso da força de trabalho cria novo valor e, portanto, mais-valia. A base da compreensão desse fenômeno se encontra na distinção de *trabalho e força de trabalho*: “Para que fosse vendido no mercado como mercadoria, o trabalho teria que existir antes de ser vendido. Mas se o trabalhador pudesse dar ao trabalho uma existência autônoma, o que venderia seria uma mercadoria, e não trabalho. No mercado, o que se contrapõe diretamente àquele que possui dinheiro não é, na realidade, o trabalho, e sim o operário. O que o operário vende é sua força de trabalho. Nem bem começa efetivamente o seu trabalho, este já não pertence mais ao

⁹ Karl Marx. *Trabajo Asalariado y Capital*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976.

operário que, portanto, já não pode mais vendê-lo. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não possui valor algum. O que a economia denomina valor do trabalho, na realidade, é o valor da força de trabalho, que é tão diferente da sua função, o trabalho, quanto uma máquina o é de suas operações”.

“Que é o valor da força de trabalho? Como o de qualquer outra mercadoria, seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem existe apenas na sua individualidade viva. Certa massa de meios de subsistência tem de ser consumida por um homem para crescer e manter a vida. Mas o homem, tal como a máquina, desgasta-se e terá de ser substituído por outro homem. Para além da massa de meios de subsistência requeridos para a sua própria manutenção, ele necessita de outro montante, os meios de subsistência para criar certa quota de filhos que o substituirão no mercado de trabalho e de perpetuar a raça dos trabalhadores. Além disso, para desenvolver a sua força de trabalho e adquirir uma dada habilidade, tem de ser despendido outro montante de valores. Para o nosso propósito, basta considerar apenas o trabalho médio cujos custos de educação e desenvolvimento são grandezas ínfimas”;¹⁰ “o valor de uso que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista não está materializado em um produto, não existe de nenhum modo separado dele; existe, portanto, somente como potencialidade, como capacidade. Torna-se realidade somente quando posto em movimento pelo capital”.¹¹

O *salário* é a expressão monetária do valor da *força de trabalho*, sendo “regulado por uma lei natural: seu limite mínimo está dado pelo mínimo físico de meios de subsistência que o trabalhador deve receber para conservar e reproduzir sua força de trabalho, isto é, uma quantidade determinada de mercadorias. O valor delas está determinado pelo tempo de trabalho

¹⁰ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, vol. 1.

¹¹ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse), cit.

necessário para sua produção, ou seja, pela parte de trabalho agregado *ex novo* aos meios de produção, ou ainda pela parte da jornada de trabalho da qual o trabalhador tem necessidade para produzir ou reproduzir o equivalente de valor dos seus meios necessários de subsistência... O seu valor [da força de trabalho], como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força... O valor de uso da força de trabalho é o trabalho, e uma vez que o trabalhador tenha sido empregado, o capitalista coloca-o para trabalhar. Mas o trabalho é a fonte de valor e, além disso, o trabalhador criará durante um dia de trabalho mais valor do que o capitalista pagou por seu dia de trabalho. Mas o decisivo [para o capitalista] é o valor de uso específico de esta mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem”. A reprodução do capital implica na reprodução da força de trabalho na medida necessária à acumulação de capital: “A reprodução da força de trabalho constitui, de fato, um momento da própria reprodução do capital”.

O salário mantém a ilusão de que o capitalista comprou apenas as operações da máquina, quando o que comprou, na verdade, é a própria máquina, a força de trabalho do operário, que deixou de lhe pertencer pelo período em que a vendeu ao capital, por ser aquela uma mercadoria que possui a característica *única* de criar mais valores do que aqueles necessários para produzi-la (e reproduzi-la): a diferença entre essas duas magnitudes é a mais-valia embolsada pelo capitalista. A relação salarial cumpre a função de *ocultar socialmente* o trabalho não pago retido pelo capital. Aparece como pago do trabalho realizado pelo operário, mas na realidade é o pago da produção e reprodução de sua força de trabalho, ou seja, dos meios de subsistência necessários para manter o assalariado vivo, trabalhando e se reproduzindo. O capitalismo “não é apenas um sistema de produção para o mercado – um sistema de produção de mercadorias – mas um sistema sob o

qual a própria capacidade de trabalho se torna uma mercadoria comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico é a concentração da propriedade, dos meios de produção, em mãos de uma classe que consiste apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho é a única fonte de subsistência”.¹²

Na sociedade burguesa a relação social baseada no *trabalho assalariado* domina sobre as outras: o trabalhador deve, pela compulsão *econômica*, vender sua força de trabalho para o capitalista e dele receber um salário, resultado de um contrato aparentemente livre: “A força direta extraeconômica ainda é, naturalmente, usada, mas apenas em casos excepcionais. No curso ordinário das coisas, o trabalhador pode ser entregue às ‘leis naturais da produção’, ou seja, é possível confiar na sua dependência do capital, que decorre das próprias condições de produção, sendo garantida em perpetuidade por elas”.¹³ O contrato determina como e quanto tempo o operário deve trabalhar, de acordo com as necessidades do capital. As categorias do capitalismo derivam dessa relação, cujo segredo é a extração de mais-valia. O salário se apresenta, em geral, em forma monetária, mas é uma relação referida a quantias materiais, horas de trabalho e meios de subsistência, não existindo relação de reciprocidade quantitativa entre capital e salário. O *salário relativo* (o salário medido como percentual da totalidade da riqueza produzida) é reverso da *taxa de exploração* da força de trabalho: ambas magnitudes mudam com as relações de força que as classes sociais estabelecem entre si.¹⁴ *Taxa de mais-valia* é a razão existente entre a mais-valia obtida e o capital variável, o capital investido na compra da força de trabalho. Essa relação mede a exploração do trabalho, ou seja, o grau em que o capitalista foi bem sucedido em extrair mais-valia do trabalhador. Se o

¹² Maurice Dobb. *Op. Cit.*, p. 17.

¹³ Karl Marx. *O Capital*, cit.

¹⁴ Maurizio Donato. *La relazione nascosta. Sulla natura materiale del salario e dello sfruttamento. Dialettica e Filosofia*, Teramo, 2013.

trabalho necessário (para produzir e reproduzir a força de trabalho) for de 4 horas diárias, e o trabalho excedente de outras 4 horas, a taxa de mais-valia é 4/4, ou seja, de 1=100%.

O que se considera “meio de subsistência” do trabalhador varia de um país ou região para outra, de uma época histórica para outra. Diferentemente das outras mercadorias, na determinação do valor da força de trabalho ingressa um elemento histórico e moral: “Deve-se levar em conta todos os fatores que determinam a mudança na magnitude alcançada pela força de trabalho: preço e quantidade das necessidades vitais elementares, natural e historicamente desenvolvidas. Custos da educação do operário, papel desempenhado pelo trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, magnitude deste trabalho em extensão e intensidade”, ou ainda “o volume das chamadas necessidades imprescindíveis, assim como a índole da sua satisfação, é um produto histórico e depende portanto, em grande parte, do nível cultural de um país e também, entre outras coisas, das condições sob as quais se formou a classe dos trabalhadores livres e, portanto, de seus hábitos e aspirações vitais”.¹⁵ A luta dos trabalhadores para melhorar suas condições de vida, por outro lado, pode fazê-los chegar a conquistas estáveis cujos resultados começam a fazer parte dos “meios de subsistência”. Mas isto não significa necessariamente um aumento do valor da força de trabalho, ou seja, uma queda da taxa de mais-valia, que se expressa de modo inverso no *salário relativo*:

$$\text{Taxa de mais-valia} = \text{mais-valia} / \text{capital variável}$$

$$\text{Salário relativo} = \text{capital variável} / \text{mais-valia}$$

A primeira igualdade mede o grau de exploração do trabalho assalariado, a segunda a proporção em que o operário trabalha para sua sobrevivência em relação àquela em que o faz para o capital, ou seja, a

¹⁵ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, vol. 1.

proporção em que os trabalhadores apoderam-se da riqueza por eles criada. Isto é indicado, de modo indireto, pela participação dos assalariados na renda nacional, hoje facilmente quantificável. Qualquer aumento do poder aquisitivo do salário pode ficar compensado pela diminuição da participação dos assalariados na renda nacional e mundial, ou seja, pela diminuição do salário relativo e o aumento da taxa de mais-valia, isto devido aos ganhos em produtividade, ou seja, ao aumento da *mais-valia relativa*. Marx distinguiu esse conceito da *mais-valia absoluta*. Esta é resultado da imposição de um aumento sem compensação do gasto de força humana de trabalho através do alongamento da jornada de trabalho, como foi característico no alvorecer do capitalismo, ou da intensificação da jornada através do aumento dos ritmos de produção. Já a *mais-valia relativa* refere-se às inovações técnicas e tecnológicas (dependentes, por sua vez, do desenvolvimento científico, ou do “intelecto geral” da sociedade) que permitem aumentar a produtividade sem aumento equivalente da jornada ou do ritmo de trabalho, ou seja, ao aumento *relativo* do capital constante em relação ao capital variável. As duas formas de aprofundamento da exploração do trabalho, embora conceitual e economicamente diversas (com consequências econômicas e sociais diversas) coexistem e se sobrepõem permanentemente no processo de produção, sendo uma ou outra forma a privilegiada relativamente pelo capital na dependência de condições históricas e/ou geográficas específicas.

O capitalismo apresenta a tendência para ou aumento da mais-valia sob qualquer uma de suas formas (geralmente as duas de modo simultâneo) e para a *queda do salário relativo*: “A distribuição da riqueza social entre o capital e o trabalho torna-se ainda mais desigual. Com o mesmo capital, o capitalista controla uma quantidade maior de trabalho. O poder da classe capitalista sobre a classe operária cresceu, a posição social do trabalhador piorou, desceu um degrau mais abaixo da do capitalista”.¹⁶ Essa tendência

¹⁶ Karl Marx. *Trabajo Asalariado y Capital*, ed. cit.

para a *miséria social relativa*, em determinados períodos, se transforma em tendência para a *miséria social absoluta*. A tendência não se expressa só de modo matemático, mas também no incremento dos ritmos de produção, e na desqualificação (desvalorização) do trabalho em consequência do aumento da produtividade. A diferença que capitalismo impõe ao trabalho está na sua forma de venda da capacidade de trabalho medida pelo *tempo*. O controle do *tempo de trabalho* pelo capital implica numa prerrogativa de controle do *tempo de vida* em geral, diversa dos regimes sociais precedentes.

A medição e divisão do tempo possuem especificidades na sociedade capitalista: “A circulação do capital sem tempo de circulação - completa em tempo nulo, e portanto sem dinheiro - é a tendência do próprio capital. Ela, todavia, é uma tendência contraditória, enquanto é irrealizável, mas significativa porque mostra como o tempo do capital é o tempo real da produção e da submissão a si mesmo do trabalho alheio. Este é o tempo de trabalho que não se deve perder. Fora da produção, fora do trabalho, o tempo do capital é pura perda: ‘Este desperdício por parte do capital não significa outra coisa senão que este perde um tempo inutilizado durante o qual, em intercâmbio com o trabalho vivo, poderia apropriar-se de tempo de trabalho suplementar, de trabalho alheio’. Os que acreditando poder abstrair categorialmente o tempo da sua especificidade social contemporânea não percebem que, nas formas de sociedade nas quais predomina o modo de produção capitalista, o próprio tempo conta na medida em que se transmuta em mais valia. Essa é a eficiência capitalista que se transmuta no mote: ‘o tempo é dinheiro’. O tempo não é um recurso natural e eterno, uma riqueza enquanto tal”.¹⁷ O tempo na sociedade capitalista é medido em horas, minutos, segundos e, finalmente, até em frações de segundo: “O relógio não é só um instrumento que mede as horas que passam; é um meio para sincronizar a ação humana. O relógio, não a locomotiva, é o instrumento-

¹⁷ Alessandro Mazzone. La temporalità specifica del modo di produzione capitalistico. *Marx e i Suoi Critici*. Urbino, Quattroventi, 1987.

chave da modernidade industrial. Em relação à quantidade determinável de energia, à padronização, aos automatismos, ao seu produto peculiar, à medida apurada do tempo, o relógio foi de longe a máquina mais importante da técnica moderna. Está em primeiro lugar na lista porque atinge uma perfeição para a qual tendem todas as outras máquinas”.¹⁸

O relógio moderno (diverso dos antigos relógios baseados no sol, na água, na areia, em sistemas mecânicos, etc.) nasceu de uma revolução científica, isto é, “a Grande Invenção: o uso de um movimento oscilante (para cima e para baixo, para frente e para trás) para fixar o fluxo temporal. Caberia ter esperado algo bem diferente: para medir o tempo, fenômeno contínuo e unidirecional, o instrumento mais adequado, deveria também basear-se em um fenômeno contínuo e unidirecional”.¹⁹ A noção de tempo do ponto de vista da mecânica, por sua inseparabilidade dos fenômenos do movimento, permite distinguir, em uma sucessão de eventos, a ordem ou a contemporaneidade da sua ocorrência, dentro dos conceitos da física clássica. A determinação capitalista do tempo consiste na apropriação do tempo de trabalho alheio como *valor* e *mais-valia*.²⁰ O trabalho assalariado é a expressão economicamente *pura* da exploração da força de trabalho. A forma *privada* da propriedade (a propriedade burguesa) - e a sua antítese, a *não propriedade* - se manifesta na era do capital como *apropriação privada de tempo de trabalho* alheio. A tendência do capital a se apropriar de cada vez mais tempo de trabalho, e seu contrário, (a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho) refere-se à propriedade do *tempo de vida* dos trabalhadores.

O capital é *valor* que se expande de modo indefinido (*sine die* e sem limites quantitativos). Por força da circulação e da concorrência a simples preservação do valor não é possível: é necessário que o capital se reproduza e se expanda, não apenas através da reprodução *simples* (em que os valores

¹⁸ Lewis Mumford. *Technics and Civilization*. Chicago, University of Chicago Press, 2010.

¹⁹ David. S. Landes. *L'Orologio nella Storia*. Milão, Oscar Mondadori, 2009, p. 11.

²⁰ Gianfranco Pala. *Zibaldone del Tempo di Lavoro*. Milão, Franco Angeli, 2000.

dos capitais constantes e variáveis são repostos permanentemente na produção, sem incremento nem redução), mas como reprodução *ampliada*, como acumulação de valor e mais-valia, como “reinvestimento” da mais-valia e *acumulação de capital*. O senhor feudal se satisfazia quando ele recebia suficiente renda de seus camponeses para sustentar a si próprio, sua família e seus empregados, dentro do seu modo de vida. O capitalista, entretanto, tem um “apetite voraz”, uma “fome de lobisomem por mais-trabalho”, que brota da necessidade de se igualar aos seus concorrentes, com vistas a superá-los, ou ir à falência.

No capitalismo, a realização da lei do valor depende da *competição* entre mercadorias e capitais. Devido a isso, Marx distinguiu entre o valor de uma mercadoria e seu preço de mercado. O valor é o trabalho social despendido nela; o preço de mercado é a quantidade de dinheiro que ela alcançará num determinado momento. Frequentemente os dois irão diferir, porque o preço de mercado flutua em resposta às oscilações na oferta e na procura: essas flutuações, no entanto, cancelam umas às outras no decorrer do tempo. A lei do valor atua através do mecanismo dos *preços de produção* que “são a expressão da lei do valor considerando-se numerosos capitais. A transformação dos valores em preços de produção significa a passagem de um nível de enfoque da realidade para outro. O primeiro nível de abstração (o capital em geral) é, porém, necessário. A transformação é só a aplicação dos ensinamentos extraídos desse nível de análise para um nível de abstração mais próximo do real. O real torna-se então um ‘concreto pensado’, podendo-se compreender sua aparente diversidade. Os preços de produção, como expressão da lei do valor, permitem compreender a anatomia da sociedade burguesa e descobrir suas contradições”.²¹

O *preço de mercado* é a expressão *monetária* do valor, representa a grandeza do valor numa determinada soma em dinheiro. O preço da

²¹ Pierre Salama. *Sobre el Valor*. México, Era, 1978, p. 232.

mercadoria deve corresponder ao seu valor; as variações de preços e do valor da moeda não alteram o fato de que a soma total dos preços se corresponde com a soma total dos valores produzidos. O valor de uma mercadoria, como vimos, é determinado pela quantidade de trabalho que, em média, é necessário para produzi-la, incluindo todo o trabalho anterior (para produzir as matérias primas, máquinas, prédios, o capital chamado *fixo* usado na produção da mesma). O preço da mercadoria reproduz a quantidade de tempo de trabalho nela coagulado. A pressão da concorrência mútua dos capitais entre si força os produtores a adotarem métodos de produção similares ou superiores aos dos seus rivais, para rebaixarem seus preços ou elevarem sua qualidade (real ou supostamente) e poderem competir uns contra os outros. Consequentemente, o valor das mercadorias é determinado não pela quantidade total de trabalho usada para produzir cada uma delas em separado, mas sim pelo tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho "requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho". Um produtor ineficiente que usa mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário obterá um preço pela mercadoria que "não compensa" seu trabalho extra. No capitalismo, somente o trabalho medido pelo tempo socialmente necessário é *trabalho social*.

O "senso comum" fixa os valores de uso como valores de troca no cálculo contábil, que orienta as atividades práticas dos "agentes econômicos". Nesses valores, apagam-se as qualidades dos produtos. Mas o valor é uma relação social só idealmente autônoma em face aos elementos relacionados. No intercâmbio concreto, a contradição entre o caráter específico de valor de uso da mercadoria e o seu caráter genérico de valor exige a mediação de uma abstração objetivada. O valor é uma relação social que precisa ser representada, simbolizada em um signo de valor que a realize. A cisão que torna autônomo o valor de troca, dando-lhe existência própria e separada, é

simbolizada pelo *dinheiro* como potência autônoma, poder externo e estranho aos produtores de mercadorias; nas palavras de Francisco de Quevedo, “*Poderoso Caballero es Don Dinero*”.²² A forma natural e a forma social dos produtos são, através dele, contrapostas: “O valor de troca cindido das próprias mercadorias e existente ele mesmo junto a elas é: *dinheiro*. Todas as propriedades da mercadoria enquanto valores de troca se apresentam no dinheiro como um objeto distinto dela, como uma forma de existência social cindida de sua forma de existência natural”.²³

“Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc, estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista”. Na sociedade burguesa, “a circulação do dinheiro como capital é um fim em si próprio, pois que a valorização do valor ocorre apenas dentro deste movimento constantemente renovado. O movimento de capital é,

²² *Madre, yo al oro me humillo / Él es mi amante y mi amado / Pues de puro enamorado / De continuo anda amarillo / Que pues doblón o sencillo / Hace todo cuanto quiero / Poderoso Caballero / Es Don Dinero.*

²³ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse), cit., p. 70.

portanto, ilimitado”.²⁴ O dinheiro aparece como uma mercadoria especial que cumpre a função de equivalente geral: "O desenvolvimento histórico da troca impõe cada vez mais aos produtos do trabalho o caráter de mercadoria, e desenvolve ao mesmo tempo a oposição que sua natureza encerra, entre valor de uso e valor. A própria necessidade do comércio força a dar corpo a esta antítese, tende a fazer nascer uma forma valor palpável e não deixa nem repouso nem trégua até que essa forma seja atingida pela separação entre mercadoria e dinheiro". Quando uma mercadoria particular fixa-se no papel de equivalente universal, ela se torna dinheiro: "A representação da mercadoria enquanto dinheiro implica que as diferentes magnitudes de valores-mercadoria estão todas expressas em uma forma na qual ela existe como a *corporificação de trabalho social*". Todas as categorias econômicas modernas (valor, mais-valia, salário, tempo de trabalho) se apresentam de forma quantitativa, reduzidas a dinheiro; somente no capitalismo a forma dinheiro desenvolve todas suas potencialidades.

O dinheiro é quase tão antigo quanto a troca comercial, na medida em que esta superou o limite do escambo ocasional realizado entre comunidades isoladas; sua origem remonta ao culto dos sacrifícios orientado para a fecundidade da terra, dos animais e das mulheres. Na Roma antiga, o dinheiro era cunhado no templo de Juno, deusa do matrimônio identificada com a Hera grega, também chamada de *Moneta*, denominação que sobreviveu em todas as línguas de origem latina: "Inicialmente, as moedas só eram cunhadas em quantidades grandes, as que precisavam os funcionários do templo para seu comércio exterior em dinheiro. Havia sempre um pequeno bazar onde os administradores do templo trocavam vacas por produtos da terra. Terminada a cerimônia, os servidores do templo reuniam as vacas, que podiam vender no dia seguinte. Esses rituais sacrificiais permitiam às autoridades acumular grandes tesouros mediante a troca de animais votivos pelos produtos da

²⁴ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, vol. 1.

terra, com o que se teve o motivo e a necessidade de um comércio muito ativo, sobretudo com terras longínquas; os administradores do templo forçosamente foram se animando em direção de negócios em dinheiro cada vez mais audazes”.²⁵ O dinheiro surgiu não só para facilitar as trocas, mas com vistas ao lucro, sendo ele próprio “capital em potencial”.

Com o desenvolvimento da troca comercial, a moeda apareceu como uma mercadoria especial para cumprir a função de equivalente geral de todas elas: “O desenvolvimento histórico da troca impõe cada vez mais aos produtos do trabalho o caráter de mercadoria, e desenvolve ao mesmo tempo a oposição que sua natureza encerra, entre valor de uso e valor. A própria necessidade do comércio força a dar corpo a esta antítese, tende a fazer nascer uma forma valor palpável e não deixa nem repouso nem trégua até que essa forma seja atingida pela separação entre mercadoria e dinheiro... Todas as pessoas sabem, mesmo que não saibam mais nada, que as mercadorias possuem uma forma-valor comum que contrasta de modo extremamente gritante com as variadas formas naturais dos seus valores de uso — a forma-dinheiro. Interessa aqui, no entanto, conseguir aquilo que a economia burguesa nem uma vez tentou, a saber, demonstrar a gênese da forma-dinheiro, ou seja, seguir o desenvolvimento da expressão de valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua figura mais simples e mais imperceptível até à ofuscante forma-dinheiro”.²⁶ O dinheiro como moeda de metal surgiu no século VI a.C, na Ásia Menor, acompanhando o desenvolvimento comercial das cidades costeiras gregas em contato com os reinos do interior da Anatólia. Antes disso, outros objetos menos apropriados haviam sido usados como meio de troca, sendo progressivamente descartados pelo progresso do comércio.

²⁵ Horst Kurnitzky. *La Estructura Libidinal del Dinero*. Una contribución a la teoría de la femineidad. México, Siglo XXI, 1978, pp. 36-37.

²⁶ Karl Marx. *O Capital*. Livro I, vol. 1.

Assim, do uso de objetos diversos de uso comum como moeda passou-se para os metais preciosos, e daí para o papel moeda fiduciário prometendo pagar ouro ou prata, seguido pelo papel moeda de curso forçado, experimentado pela primeira vez, no Ocidente, na França de inícios do século XVIII, embora haja evidências de seu uso na China um milênio antes. Os metais preciosos conquistaram o papel de mercadoria-dinheiro através de um longo processo histórico: “Na origem, serve como moeda a mercadoria mais trocada como objeto necessário, aquela que mais circula, a que, em uma determinada organização social, representa a riqueza por excelência: o sal, os couros, o gado, os escravos (...) A utilidade específica da mercadoria, seja como objeto particular de consumo (os couros), seja como instrumento de produção imediato (os escravos) a transforma em dinheiro. Mas, na medida em que o desenvolvimento avança, ocorre o fenômeno inverso: a mercadoria que menos é objeto de consumo ou instrumento de produção passa a desempenhar melhor aquele papel, pois responde às necessidades da troca como tal. No primeiro caso, a mercadoria se converte em dinheiro por causa de seu valor de uso específico; no segundo, seu valor de uso específico decorre do fato de servir como dinheiro. Durável, inalterável, passível de ser dividida e somada, transportável com relativa facilidade, pode conter um valor de troca máximo em um volume mínimo; tudo isso torna os metais preciosos particularmente adequados nesse último estágio”.²⁷

Com a separação do produtor dos meios de produção e a acumulação deles no polo social oposto, o dinheiro reúne as condições para atuar como *capital*, tornando possível o surgimento da reprodução ampliada e da acumulação de capital, e desfraldando todas suas funções potenciais. O valor dos metais preciosos se converteu, com o tempo, na referência da moeda fiduciária. A teoria pioneira do padrão-ouro, a “teoria quantitativa da moeda”, foi elaborada por David Hume em 1752, sob o nome de “modelo de fluxo de

²⁷ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse), cit.

moedas metálicas” e destacava as relações entre moeda e níveis de preço. Nesse padrão, cada banco era obrigado a converter as notas bancárias por ele emitidas em ouro (ou prata), sempre que solicitado pelo cliente. Só na sociedade burguesa o dinheiro desenvolve suas potencialidades como expressão da forma *total* ou *desenvolvida* do valor (as trocas comerciais podiam se realizar sem dinheiro, não assim a acumulação capitalista), potencialidades já presentes na mercadoria-dinheiro, reconhecida socialmente por todas as outras como tal, e como forma monetária do valor: "O ouro não desempenha o papel de moeda diante das mercadorias, a não ser porque já desempenhava diante delas o papel de mercadoria. Igual a elas, funcionava também como equivalente, às vezes acidentalmente em trocas isoladas, às vezes como equivalente particular com outros equivalentes. Pouco a pouco começa a funcionar como equivalente geral, dentro de limites mais ou menos amplos. Desde que conquista o monopólio dessa posição na expressão do valor do mundo das mercadorias, transforma-se em mercadoria-dinheiro, e é só a partir do momento em que já se transformou em mercadoria-dinheiro que a forma geral do valor se transforma em forma monetária".²⁸ São funções do dinheiro, em sua forma desenvolvida:

1. *Medida de valor*: dá às mercadorias a medida na qual expressam seus valores, sob uma mesma denominação e fazendo-as comparáveis desde o ponto de vista da quantidade. A forma *moeda* tem sua origem nessa função;
2. *Meio de circulação*: ao estabelecer um equivalente geral mundialmente reconhecido, o dinheiro, facilita e acelera a circulação das mercadorias, que antes se realizava por simples troca, ou utilizando equivalentes ocasionais. Ao mesmo tempo, divide o ato da troca em dois atos distintos: a compra e a venda. É nessa divisão que aparece a possibilidade da crise, isto é, a interrupção da circulação de mercadorias; ou seja, quando um vendedor, que obteve dinheiro pela venda de sua mercadoria, não se transforma em

²⁸ Karl Marx, *O Capital*. Livro I, vol. 1.

comprador, preferindo guardar o dinheiro. É nessa função que tem sua origem o símbolo emitido pelo Estado (e, antes dele, por financiadores particulares) que pode substituir a mercadoria-dinheiro: o papel-moeda;

3. *Meio de pagamento*: quando um vendedor entrega sua mercadoria contra uma promessa de pagamento futuro - o comprador não possui a totalidade do dinheiro porque espera consegui-lo vendendo suas mercadorias, cuja produção leva mais tempo, etc. -, "o vendedor se transforma em credor, o comprador, em devedor. Como a metamorfose da mercadoria toma aqui um novo aspecto, o dinheiro adquire também uma nova função: transforma-se em meio de pagamento";

4. *Meio de entesouramento*: "Desde que se desenvolva a circulação de mercadorias, se desenvolve também a necessidade e o desejo de conservar o produto da primeira metamorfose, a mercadoria se transforma em crisálida de ouro ou de prata. A partir de agora as mercadorias são vendidas não só para comprar outras, mas também para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. A moeda retida em sua circulação petrifica-se, por assim dizer, e se transforma em tesouro, e o vendedor se transforma em entesourador";

5. *Dinheiro mundial*: como meio de troca entre diferentes mercados (países), a moeda assume toda a sua força. "No marco da circulação nacional, não é mais do que uma mercadoria que pode servir como medida de valor e conseqüentemente como moeda. No mercado do mundo, reina uma dupla medida de valor, o ouro e a prata". Quando acontece uma transferência de riqueza de um país para outro através da moeda, esta por fim funciona como a forma abstrata absoluta da riqueza, ou como "signo absoluto". O comércio internacional, o desdobramento do mercado em mercado mundial, provocou o desenvolvimento do dinheiro em dinheiro mundial e do trabalho abstrato em trabalho social, transformando o trabalho concreto em uma *totalidade* de diversos modos de trabalho: "O dinheiro, enquanto valor de troca

autonomizado, já é capital de modo latente. A forma mais adequada desse valor de troca autonomizado, que ainda é condicionada pela forma anterior, é o dinheiro mundial, que constitui a finalização dessa série de desenvolvimentos”.²⁹ No comércio mundial as mercadorias desfraldaram universalmente seu valor. Sua forma autônoma de valor se apresenta como moeda mundial: com ela, o dinheiro funciona plenamente como mercadoria cuja forma natural é simultaneamente forma social de realização do trabalho humano abstrato.

Georg Simmel, no início do século XX, publicou a chamada de “obra prima da filosofia dos valores”, a *Filosofia do Dinheiro*. Segundo esse autor, o comércio seria o elemento decisivo da civilização; os homens civilizados seriam “animais que praticam o intercambio”. A *troca* absorveria a violência social-animal preexistente nos seres humanos, e o *dinheiro* universalizaria a troca. A modernidade se caracterizaria por traços intrinsecamente ligados a vida monetária, como a aceleração do tempo, a monetarização das relações sociais, a ampliação dos mercados, a racionalização e quantificação da vida e inversão de meios e fins. O dinheiro seria o deus da vida moderna, pois na modernidade tudo gira ao redor do dinheiro e, ao mesmo tempo, o dinheiro faz tudo girar.³⁰ O dinheiro seria, para Simmel, a categoria transcendental da socialização humana. Nessa “filosofia dos valores”, o capitalismo não seria uma ruptura histórica em relação às fases precedentes, mas um fenômeno de um “processo civilizatório” sem solução de continuidade. O ponto nodal da passagem para a sociedade civilizada seria a passagem da economia natural para a economia monetária. No reino do capital, porém, a mercadoria-dinheiro não é *fim*, mas *meio* da acumulação de capital: o capital veio ao mundo a partir de uma forte tendência para a *perda de valor* do dinheiro, *inflação*. A inflação é a queda do valor de mercado ou poder de compra do

²⁹ Helmut Reichelt. *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx*. Campinas, Editora da Unicamp, 2013, p. 216.

³⁰ Georg Simmel. *Zur Philosophie der Kunst*. Potsdam, Kiepenheuer, 1922.

dinheiro, que se expressa como aumento no nível de preços, provocando perda do poder aquisitivo da moeda. Isso faz com que o dinheiro valha cada vez menos, sendo necessária uma quantidade cada vez maior dele para adquirir os mesmos produtos, vinculado a um aumento no suprimento de dinheiro e a expansão monetária, visto como a causa do aumento de preços. Externamente, a inflação se traduz por uma desvalorização da moeda local frente a outras; internamente ela se exprime no aumento do volume de dinheiro e no aumento dos preços. A inflação é quase tão velha quanto o uso da moeda,³¹ e foi acentuada com o surgimento da moeda fiduciária.

As leis que governam a produção capitalista não são imediatamente perceptíveis porque suas relações sociais se expressam através de categorias *fetichizadas*: “Onde o trabalho é comunal as relações entre homens em sua produção social não se manifestam como ‘valores’ das coisas”. O *fetichismo da mercadoria* consiste em que para os produtores as relações de troca existem e se realizam por características intrínsecas às próprias mercadorias: “As relações sociais entre indivíduos aparecem na falsa forma de relações sociais entre coisas; a ação social dos produtores assume a forma de ação dos objetos que dominam os produtores, em vez de serem dominados por eles”.³² “A ausência de regulação direta do processo social de produção leva necessariamente à regulação indireta do processo de produção, através do mercado, através dos produtos do trabalho, através de coisas... A materialização das relações de produção não surge através de ‘hábitos’, mas da estrutura interna da produção mercantil. O fetichismo não é apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social”.³³ No feudalismo (ou em outros modos de produção pré-capitalistas), “o trabalho e os produtos

³¹ Um aumento de preços no Império Romano foi causado pela desvalorização dos denários que, antes fabricados em ouro puro, passaram a sê-lo com todo tipo de impurezas. O imperador Diocleciano culpou a avareza dos mercadores pela alta dos preços, promulgando em 301 d.C. um edito que punia com a morte qualquer um que praticasse preços acima dos fixados pelo governo.

³² Ronald Meek. *Studi sulla Teoria del Valore-Lavoro*. Milão, Feltrinelli, 1973, p. XI.

³³ Isaak Illich Rubin. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 72.

entram na engrenagem social como serviços e pagamentos *in natura* (...) Como quer que se julguem as máscaras que os homens revestem, as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho”. A relação social entre homens proprietários de mercadorias *aparece* como uma relação entre as mercadorias, independente da ação e da vontade humana.

A formulação dessa ideia capital aconteceu no único momento e local possível, na “Inglaterra (que) havia sido soldada com a confiança nas verdades eternas do plano divino de Deus estabelecido na Coroa, no Império, no sistema de classes e na família. Então, o ameno e improvável revolucionário Lewis Carrol escreveu o primeiro *Alice* no fim da década de 1860, e *Através do Espelho* em 1871. O absurdo e a sedição plantados praticamente no epicentro da época vitoriana. Uma criança leitora naqueles dias, presa no espartilho ou até mesmo na camisa de força das certezas vitorianas, podia se deliciar com uma história repleta de absurdos. O tempo era maleável durante uma louca festa com chá em que poderia haver geleia ontem e geleia amanhã, mas jamais haveria geleia hoje. Criaturas podiam mudar de forma, uma ovelha virar uma velha, um bebê virar um porco. A fúria podia vencer a razão. No século XIX, ler *Alice* era revigorante porque era uma fuga das convicções rígidas sobre a realidade”.³⁴ No mesmo momento (1867) e local, o revolucionário, menos ameno e mais provável, Karl Marx explicava às eternas crianças deste mundo, que “a forma da madeira é alterada quando se faz uma mesa. No entanto, a mesa continua sendo madeira, uma coisa sensível e banal. Mas tão logo ela aparece como mercadoria ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível. Ela não se mantém com os pés no chão, mas põe-se de cabeça para baixo diante de todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do

³⁴ Gregoy Maguire. *Perdidos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2007, p. 69.

que se ela começasse a dançar por vontade própria. O caráter místico da mercadoria não resulta, portanto, de seu valor de uso”.³⁵

Na produção capitalista, onde o processo de produção se torna autônomo do valor de uso, “uma mercadoria é algo misterioso simplesmente porque nela o caráter social do trabalho dos homens aparece a eles como uma característica objetiva estampada no produto deste trabalho; porque a relação dos produtores com a soma total de seu próprio trabalho é apresentada a eles como uma relação social que existe, não entre eles, mas entre os produtos de seu trabalho”. A produção “abrange, ao mesmo tempo, a reprodução (isto é, manutenção) da classe capitalista e da classe trabalhadora e, portanto, também a reprodução do caráter capitalista do processo de produção global”. A reprodução dos fatores imediatos da produção (meios de produção e força de trabalho) e a reprodução das relações sociais de produção capitalistas (separação entre produtor e meios de produção, apropriação privada do produto social) são duas faces da mesma moeda. A reprodução é determinada pela materialidade dos elementos do capital produtivo, mas é inseparável da reprodução das relações jurídicas, dos valores culturais, da ideologia, que a perpetuam. A reprodução da força de trabalho, portanto, inclui a reconstituição da sua subsunção ao capital: a ideologia da submissão, da hierarquia no processo de produção e reprodução, da direção desse processo, do seu comando, da disciplina social. Estas, por sua vez, são possíveis pelo caráter de *fetichismo* das categorias econômicas.

“A existência das coisas enquanto mercadorias, e a relação de valor entre os produtos de trabalho que os marca como mercadorias, não têm absolutamente conexão alguma com suas propriedades físicas e com as relações materiais que daí se originam. A forma valor e a relação de valor dos produtos do trabalho não têm absolutamente nenhuma semelhança com sua natureza física. É uma relação social definida entre os homens que assume, a

³⁵ Karl Marx. *O Capital*, Livro I, vol. 1.

seus olhos, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. A fim de encontrar uma analogia, devemos recorrer às regiões enevoadas do mundo religioso. Neste mundo, as produções do cérebro humano aparecem como seres independentes dotados de vida, e entrando em relações tanto entre si quanto com a espécie humana. O mesmo acontece no mundo das mercadorias com os produtos das mãos dos homens. A isto dou o nome de *fetichismo* que adere aos produtos do trabalho, tão logo eles são produzidos como mercadorias, e que é inseparável da produção de mercadorias".³⁶ O conceito forneceu a base para uma teoria do conhecimento fundada na distinção e contraposição entre a essência das relações sociais e sua forma fenomênica. O fetichismo da mercadoria só se realiza plenamente no capitalismo, no qual as propriedades da força de trabalho *aparecem* como propriedades e potências do capital: essas relações *aparecem* como *naturais*, velando desse modo seu caráter *histórico*.³⁷ Aparência e realidade do modo de produção não coincidem: o desvendamento do caráter fetichista das categorias econômicas da era do capital foi a base para a crítica da economia política: "A forma valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também a mais geral, do modo de produção burguês que, por esse fato, se caracteriza como um gênero particular de produção social e, pelo mesmo motivo, *histórico*".³⁸

Em Marx, "o conceito de alienação, tão importante nos *Manuscritos* (de 1844) e no qual se reconhece a influência hegeliana, desaparece na obra de maturidade, *O Capital*, substituído pelo conceito de fetichismo da mercadoria (que) vincula explicitamente a crítica da divisão do trabalho à forma que ela assume na economia capitalista, na qual não só a rede de intercâmbios entre as diversas unidades produtivas passa através do mercado, mas também o próprio trabalhador é constrangido a vender no mercado sua atividade de

³⁶ *Idem*.

³⁷ Alessandro Mazzone. Il fetichismo del capitale: una struttura storico formale. *Problemi Teorici del Marxismo*. Roma, Editori Riuniti, 1976.

³⁸ Karl Marx. *Op. Cit.*

trabalho e a comprar no mercado seus meios de subsistência”.³⁹ A alienação é um processo não exclusivamente próprio do capitalismo, mas das sociedades em que reinam propriedade privada, divisão social do trabalho e luta de classes. Já “o que Marx chama ‘fetichismo do mundo das mercadorias’ é a expressão científica da mesma coisa que antes, em seu período hegeliano-feuerbachiano, havia chamado de ‘autoalienação humana’, que já na filosofia hegeliana havia constituído o fundamento da calamidade particular que afeta à ‘Ideia’ filosófica em determinado estágio de seu desenvolvimento”.⁴⁰

Na economia política clássica a distinção entre *valor de uso* e *valor* aparecia de modo incapaz de criar uma base para a compreensão da produção capitalista como uma forma particular e histórica. Na forma desenvolvida por Marx a lei do valor passou a ser o ponto de partida para uma teoria em que o trabalho não foi mais considerado de modo formal e unilateral mas em sua plena realidade material e como objeto principal da investigação científica. A teoria do valor de Marx deu conta do fator central da dinâmica do capitalismo, a forma social onde as coisas existentes se convertem *universalmente* em mercadorias. Nessa dinâmica é central a análise da exploração do trabalho e da concorrência entre os capitais. A compreensão conjunta dos dois fenômenos levou à concepção dos valores e dos preços efetivos, e de seu movimento, como a manifestação sintética dessa dinâmica. Os preços são a expressão monetária das quantidades ponderadas de trabalho que a reprodução social exige empregar para a reprodução de cada tipo de mercadoria. Cada preço individual se determina através das inter-relações entre todas as mercadorias - incluída a força de trabalho humana -, e a do movimento de cada unidade de capital em busca do máximo lucro possível, possível a partir da livre exploração do trabalho como fato tendencialmente *universal*.

³⁹ Alessandro Roncaglia. *La Ricchezza delle Idee*. Storia del pensiero economico. Bari, Laterza, 2011, p. 264.

⁴⁰ Karl Korsch. *Op. Cit.*, p. 103.

O capitalismo se constituiu fazendo da potência do trabalho uma configuração social, criando uma classe separada das condições e instrumentos do seu próprio trabalho e que só poderia existir vendendo sua capacidade de trabalhar.⁴¹ O desenvolvimento da indústria capitalista desqualificara crescentemente o trabalho (as habilidades concretas de cada trabalhador passaram a ser secundárias na medida em que se desenvolveu o maquinismo) tornando possível sua abstração teórica. Marx superou a concepção hegeliana, considerando o trabalho como mediador entre o homem social e a natureza e como fator primordial da autoconstrução da humanidade, o “fundamento ontológico do ser social”. O trabalho, para Marx, era uma “categoria totalmente simples”, a “mais simples e antiga em que os homens aparecem como produtores”. O caráter *universal objetivo* da categoria de trabalho é anterior ao capitalismo, mas não seu significado econômico moderno: “O trabalho parece ser uma categoria totalmente simples. Também a representação do trabalho na sua universalidade - como trabalho em geral - é muito antiga. Porém, considerando essa simplicidade do ponto de vista econômico, o trabalho é uma categoria tão moderna quanto as relações que dão origem a essa abstração simples”.⁴² A distinção entre as funções que os diversos tipos de trabalho exerciam na reprodução do capital já existia na economia política clássica; a distinção entre trabalho simples e complexo (qualificado), e entre trabalho *produtivo* e *improdutivo*, atingiu sua maturidade com o capitalismo.

A indústria se torna o polo dinâmico da reprodução do capital; o lucro comercial ou os juros bancários deixam de ser seu momento dominante. As categorias de trabalho produtivo e improdutivo adquiriram desse modo sua maturidade, sendo produtivo o trabalho assalariado que produz mais-valia, e

⁴¹ Maurice Dobb. La formazione del proletariato. In: Ciro Manca (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.

⁴² Karl Marx. *Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

improdutivo aquele que não o faz. O capital só considera “produtivo aquele trabalho, e só trabalhador produtivo aquele que diretamente produza mais-valia; só aquele trabalho que seja diretamente consumido no processo de produção com vistas à valorização do capital”. Não são produtivos os trabalhadores estatais, cujos salários não provém da mais-valia capitalizada, e sim dos impostos cobrados pelo Estado: “Todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo... A diferença entre trabalho produtivo e improdutivo consiste tão somente em que, no primeiro caso, o trabalho é trocado por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que é em si capital”; “Um professor de escola que ensina aos outros não é um trabalhador produtivo. Mas um professor de escola que é contratado junto com outros para valorizar mediante seu trabalho o dinheiro do empresário da instituição que negocia com o conhecimento, é um trabalhador produtivo”.⁴³

O capitalismo não possui mecanismos através dos quais a sociedade pudesse decidir coletivamente o quanto de seu trabalho será direcionado a tarefas particulares. O desenvolvimento da divisão de trabalho significa que a produção em cada local de trabalho é separada dos outros locais de trabalho: cada produtor não pode satisfazer suas necessidades a partir de sua própria produção. A reprodução do capital não é idêntica à reprodução do ser social. A sociabilidade, em geral, tem no intercâmbio orgânico com a natureza sua categoria fundadora: o trabalho funda o ser social em sua universalidade. Os diversos modos de produção têm em comum o fato de que sem a transformação da natureza em meios de produção e de subsistência não há reprodução social. Se a produção de mais-valia é a mediação pela qual se reproduz o capital, isto não cancela o fato de que a reprodução da sociabilidade capitalista depende de sua capacidade em continuar transformando a natureza em meios de produção e de subsistência. As duas

⁴³ Karl Marx. *Capítulo VI Inédito d'O Capital*. Porto, Escorpião, 1975.

dimensões da vida social se sobrepõem pela mediação do capital: se quase toda transformação da natureza se transformou em trabalho assalariado, nem todo trabalho assalariado converte a natureza em meios de produção e de subsistência; se toda conversão da natureza em meios de produção e de subsistência por meio do trabalho assalariado produz mais-valia, nem toda geração de mais-valia ocorre no intercâmbio com a natureza.

Na sociedade burguesa, os trabalhadores se dividem em dois grandes agrupamentos. O primeiro é composto pelos trabalhadores que transformam diretamente a natureza e os que, no setor de serviços, produzem mais-valia, desde artistas sob contrato de empresas até professores da escola privada. O segundo é composto: 1) pelos trabalhadores que exercem as atividades de controle e vigilância dos trabalhadores; 2) pelos trabalhadores dos serviços que não produzem mais-valia (os empregados domésticos, por exemplo); 3) pelos trabalhadores do Estado; 4) pelos empregados do comércio e dos bancos. Todos esses trabalhadores não produzem mais-valia: representam “custos” de produção (*faux frais*). Os trabalhadores *improdutivos* compõem uma massa mais numerosa e heterogênea: o capitalismo precisa de um sistema de controle sobre o trabalho e a sociedade como um todo; desde os documentos de identidade até o controle dos operários no interior das fábricas, a sociedade burguesa desenvolve um enorme mecanismo de controle da sociedade, que torna imprescindível o crescimento e hipertrofia do setor improdutivo. A distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo não radica no fato de ambos serem necessários ao capital, o que os iguala, mas nas distintas funções sociais que exercem do ponto de vista do capital.⁴⁴

Somente em sua forma moderna, quando o esforço humano se apresentou como indiferente em relação a um trabalho determinado, como facilidade de passar de um trabalho para outro devido ao predomínio da máquina (com a conseqüente desqualificação do trabalho, transformado num

⁴⁴ Daí a tendência do capital em privatizar todas as áreas de atividade potencialmente “rentáveis” para transformá-las em produtoras de mais-valia.

apêndice daquela), como meio *geral* de criar riqueza, como *trabalho abstrato* e não como destino particular do indivíduo, é que se pôde produzir teoricamente uma categoria “tão moderna quanto as relações que lhe dão origem”. As abstrações mais gerais surgem somente a partir do desenvolvimento mais rico do concreto. Com a determinação do trabalho social como seu fundamento motor, o acontecer humano ganhou uma nova inteligibilidade que se impôs à consciência da sociedade no tempo que chamamos de *história*.